

Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões



A 16 de Janeiro de 2009 assinalam-se os 80 anos da fundação da Junta de Educação Nacional, organismo na origem de uma linhagem de instituições que desembocaram na criação do Instituto Camões (IC), em 1992.

Número 133 ▪ 17 de Dezembro de 2008 ▪ Suplemento do **JL** n.º 997, ano XXVIII

Consciente do valor desta herança e atento à importância de a conservar, partilhar e divulgar, o IC decidiu promover, em colaboração com o Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, uma série de iniciativas de investigação, tendo nomeadamente em conta a sua actividade fundamental no domínio da política cultural externa portuguesa no período contemporâneo.

O artigo abaixo publicado é a primeira parte de um texto que dá conta dos primeiros resultados desse trabalho e cuja segunda parte será publicada no próximo número do suplemento do IC no *Jornal de Letras*.

80 anos de Cultura e Ciência

A história do Instituto Camões remonta a 1929 e à criação da Junta de Educação Nacional (JEN). Era ministro da Instrução Pública do governo da Ditadura Militar chefiado pelo general José Vicente de Freitas, Gustavo Cordeiro Ramos que, anos mais tarde, se referiria às razões da criação da Junta nestes

termos: *A criação daquele organismo obedeceu a um duplo objectivo: se por um lado procurávamos quebrar o isolamento que nos últimos séculos nos afastara do convívio íntimo e permanente com os mais autorizados centros de cultura no estrangeiro, condição imprescindível do levantamento do nível mental da Nação, aproveitando o que lá de fora nos poderia interessar, sobretudo nos métodos de investigação e nas esferas da actividade científica, em que o nosso atraso técnico se mostrasse mais acentuado (...); por outro iam-se proporcionar meios de trabalho aos estudiosos e facilitar-lhe o aperfeiçoamento, a expansão e propaganda séria do seu labor, não só internamente, mas extra-muros pátrios, como pioneiros e promotores da cultura universal.*¹



Caricatura alusiva a plenário do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, realizado em Madrid. Representados os portugueses Francisco Leite Pinto e António de Sousa da Câmara. ABC, 26/12/1945

Tal como ficava disposto no decreto da sua criação (nº 16 381, de 16 de Janeiro de 1929), a Junta, cuja organização e missões encontraram inspiração no modelo espanhol (interessante, de resto, o trabalho



Artigo sobre o debate em torno da necessidade de reorganizar os centros de investigação. O Século, 18/3/1950

em 1992, foi substituído pelo actual Instituto Camões (IC).

Numa perspectiva histórica, compreende-se a dimensão e importância destes sucessivos organismos, aos quais, com o passar dos tempos, foram sendo cometidas responsabilidades quer na política de apoio à investigação científica - missão que actualmente cabe à Fundação para a Ciência e Tecnologia - quer na política de promoção do desenvolvimento cultural, do aperfeiçoamento artístico e das relações culturais externas.

Antes da criação da JEN, tentando acompanhar o que ia ocorrendo noutros países e obedecendo ao espírito da reforma universitária de 1911, a I República assistiu ou foi animando diversos projectos, propostas, debates e fez até vários ensaios de organismos dedicados à promoção e organização da ciência e da cultura, protagonizados por cientistas, engenheiros, pedagogos e, em alguns casos, iniciativas de políticos, **para quem a condição fundamental do progresso económico e social do País residia no seu desenvolvimento cultural e científico** [sublinhado do editor].

Muitos destes projectos ficaram pelo caminho (como a 'Junta de Orientação dos Estudos', criada por decreto de Dezembro de 1923); no entanto, ficou um importante acervo do ponto de vista do pensamento e da cultura que antecipava nitidamente realizações posteriores.

Com a eclosão do Golpe de Estado e a implantação da Ditadura Militar, em 16 de Janeiro de 1929 foi publicado o decreto que constituiu a JEN, abrindo caminho ao lançamento de um conjunto de medidas de

de estudo e análise das instituições existentes noutros países com idênticas funções), surgia como um organismo permanente e autónomo, integrado no Ministério da Instrução Pública. Estavam-lhe cometidas, entre outras, as funções de *fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica; organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo; promover o intercâmbio cultural, a expansão da cultura portuguesa...*

Os tempos foram passando, alterando-se profundamente os contextos políticos, económicos, sociais... quer em Portugal quer no Mundo. A Junta, poucos anos depois, em 1936, já em pleno Estado Novo, foi transformada em Instituto para a Alta Cultura, título que manteve até 1952, quando a sua designação foi alterada para Instituto de Alta Cultura. Viria a ser extinto, já depois do 25 de Abril, e criado em sua substituição o Instituto de Cultura Portuguesa. Sucedeu-lhe, em 1981, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa que,

apoio à investigação científica, aperfeiçoamento artístico e expansão da língua e cultura portuguesas. Era ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, filólogo e professor universitário, figura largamente inspirada pela cultura e modelos pedagógicos alemães, e já então merecedor da confiança política de Salazar.

Entre as prioridades da Junta, desenhou-se desde o início um modelo de "expansão cultural", onde o ensino da língua e literatura portuguesas assumiu um papel central, quer pela natureza estratégica no acesso às academias estrangeiras quer pela função política a que estaria associada. Assim o confirmou um dos primeiros relatórios de actividades da JEN, onde se defendia, nomeadamente: *A porta da nossa entrada nas Universidades estrangeiras é a do ensino da língua e da literatura portuguesas. Ainda que o não fosse, deveria ser esse ensino uma das*

*maiores preocupações da Junta de Educação Nacional, porque o conhecimento da língua de um país é o mais poderoso elemento da sua propaganda e da valorização da sua cultura.*²

No quadro dos apoios à investigação, a acção da JEN obedeceu a um plano de conjunto que contemplou a atribuição de bolsas em Portugal e fora do País, subsídios a centros de estudos, laboratórios e publicações e, desde 1937, a inventariação e publicação de bibliografia científica. Este plano de apoios, como referiria anos mais tarde Amândio Tavares, servia (...) *o mesmo objectivo: formar investigadores, proporcionar-lhes meios de trabalho (...) e colocá-los em condições de poderem consagrar à investigação a maior parte, senão a totalidade do seu tempo e das suas forças.*³ Havia mesmo, em algumas situações, a intenção de preparar técnicos que viabilizassem a integração do conhecimento técnico-científico nos sectores produtivos nacionais.

O processo de consolidação institucional do Estado Novo foi-se reflectindo no papel da JEN, transformada em Instituto para a Alta Cultura em Maio de 1936, na sequência da reforma que criou o Ministério da Educação Nacional. Esta mudança significou, desde logo, a perda de autonomia do IAC.

Havia, sem dúvida, uma lógica de centralização que vitimou o próprio Instituto, que foi colocado como 7.^a secção da recém-criada Junta Nacional de Educação. Esta reforma foi motivo de longas polémicas e críticas da direcção⁴, que só viu a autonomia do IAC ser recuperada em 1952. Contudo, o que o IAC ganhou então em autonomia administrativa, não seria recuperado em termos de recursos e de capacidade financeira.

Quem eram, afinal, os dirigentes e representantes que, durante o Estado Novo, deram vida a estes organismos? Na sua maioria eram 'homens de ciência', médicos, professores universitários, pedagogos, engenheiros, cuja intervenção pública recuava aos tempos da República. Entre presidentes, vogais, presidentes de comissões da JEN, surgiram figuras como os médicos Marck Athias, Simões Raposo e Celestino da Costa, o filólogo Agostinho de Campos e o engenheiro António Herculano de Carvalho.



Postal enviado em 2/8/1930 por Francisco Leite Pinto a Simões Raposo, durante a sua estadia como bolseiro em Paris

Nas décadas seguintes, também ocuparam a presidência do IAC outros representantes da actividade científica e cultural portuguesa, como os engenheiros e antigos bolsiros Manuel Abreu Faro e António da Silveira, ou a filóloga Maria de Lourdes Belchior Pontes, em tempos leitora de português em Paris. Em 1976, a presidência do IAC era ocupada pelo geógrafo Ilídio do Amaral. Foi nessa altura que, em pleno processo de transição democrática, o Instituto viria a ser transformado em Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP).

Acrescente-se que a direcção da Junta contou sempre, de forma estratégica e desde 1929, com elementos da confiança política da Ditadura e do Estado Novo. Para além de Cordeiro Ramos, que assumiu a presidência do IAC entre 1942 e 1964, e de tantos outros vogais como Marcelo Caetano, José Pequito Rebelo ou José Maria Rodrigues, conta-se ainda Francisco de Paula Leite Pinto, que não deixou de abraçar claramente a causa do Estado Novo, embora desempenhasse um papel mediador e de assinalável influência no âmbito da comunidade científica portuguesa e no desenvolvimento desta.

Instituto de História Contemporânea (<http://www.ihc.fcsh.unl.pt/>)

Maria Fernanda Rollo (coord.), Inês Queiroz, Tiago Brandão, Ângela Salgueiro, José Pereira

(1) Gustavo Cordeiro Ramos, *Objectivos da Criação da Junta de Educação Nacional*, Lisboa, 1951, p. 7-8

(2) *Junta de Educação Nacional. Relatório dos trabalhos efectuados em 1931-1932*, Tip. da Seara Nova, Lisboa, 1933, p.17.

(3) TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, I.º Vol., Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, p.12.

(4) RAMOS, Gustavo Cordeiro, *Objectivos da Criação da Junta de Educação Nacional (Actual Instituto para a Alta Cultura). Alguns aspectos do seu labor*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 29-30.

Da Junta de Educação Nacional aos Instituto Camões (2ª parte)



O artigo que se segue é a 2ª parte do texto que sumariza os resultados da investigação encomendada pelo Instituto Camões (IC) a uma equipa do Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, coordenada por Fernanda Rollo, aos 80 anos passados desde a criação da Junta de Educação Nacional (JEN), antecessora do IC, que se assinalam na próxima sexta-feira, dia 16.

Número 134 · 14 de Janeiro de 2009 · Suplemento do JL n.º 999, ano XXVIII

80 anos de Cultura e Ciência

Da Junta de Educação Nacional aos Instituto Camões (2ª parte)

Como se deixou expresso na primeira parte deste artigo, parte importante da actividade da JEN e do IAC, no quadro da política científica, prendeu-se com a criação de um sistema de apoios e subsídios a centros de estudos anexos a instituições do ensino superior e dedicados a diversos domínios de investigação como as Ciências Médicas, a Agronomia, a Física, a Filologia, a Geografia ou a História.

Foi através destes centros que se criaram condições materiais para a integração de investigadores, normalmente bolseiros ou antigos bolseiros, que neles encontraram um caminho de continuidade para a investigação. Entre eles, recorde-se o Centro de Estudos Filológicos, criado em 1932 pela JEN, o Centro de Estudos de Engenharia Civil, assim designado a partir de 1944 e que, em 1947, foi integrado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou o Centro de Estudos de Bacteriologia, criado em 1959 como desdobramento do antigo Centro de Estudos de Bacteriologia e Doenças Epidémicas e instalado junto do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.

A partir dos anos 60 o número de centros criados recuou em relação às décadas anteriores; todavia manteve-se a política do IAC, integrando bolseiros e antigos bolseiros ou apoiando material e financeiramente os centros de investigação que se mantinham sob sua alçada. Contudo, este papel do IAC no quadro da política científica foi sendo progressivamente transferido para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (antecessora directa da actual Fundação para a Ciência e Tecnologia), criada em 1967, e que viria a assumir funções de coordenação científica e de representação em organismos internacionais.

Em termos da política cultural externa, os anos 50 e 60 corresponderam à intensificação e aprofundamento das relações com instituições de ensino superior e à concretização de vários mecanismos de suporte à expansão cultural e linguística portuguesas. Na verdade, com o início da guerra colonial, em Março de 1961, e em face da crescente hostilidade internacional contra Portugal, a actividade do IAC foi marcada



"A Voz", de 12 de Abril de 1952

por um esforço de aproximação aos países da Europa Ocidental.



Vitorino Nemésio

Vitorino Nemésio. Bolseiro e Leitor em Montpellier nos anos 30

Em 1962, este esforço era já visível pela organização de uma missão de cientistas com vista à intensificação das relações com universidades europeias, tendo por objectivo (...) *estudarem os vários problemas que se prendem com os acordos culturais estabelecidos com as mesmas entidades, visando especialmente a intensificação do intercâmbio intelectual entre Portugal e os citados países.* ⁽¹⁾

É, provavelmente, este o capítulo da política cultural externa que mais se confunde com a história do Estado Novo, em que as opções de criação ou manutenção de leitorados foram sendo o resultado natural de motivações de ordem político-estratégica e condicionadas pela natureza ideológica do regime - como foram o tipo de actividades promovidas pelos próprios leitores, tantas vezes marcadas por uma matriz nacionalista e conservadora.

No início dos anos 70, o IAC atravessou um processo de reestruturação, de que veio a resultar a intensificação do ensino do português em universidades e instituições estrangeiras, nomeadamente através do lançamento do projecto de criação de um Estatuto do Leitor. Mas os anos eram de mudança no cenário político nacional e, em breve, o 25 de Abril de 1974 faria adiar muitas das reformas preparadas.

Nesta fase de transição, e face à reforma que dividiu as competências do IAC entre os recém-criados Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e o Instituto de Cultura Portuguesa (1976), reservou-se para o segundo a missão no domínio do ensino e difusão da língua e cultura portuguesas.



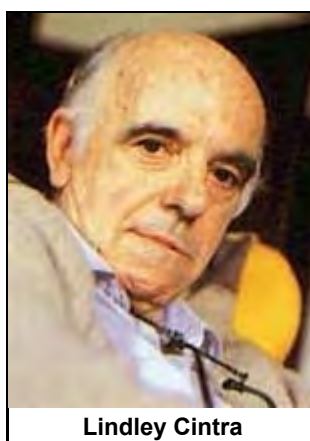
Irene Lisboa

Irene Lisboa. Subsídio da JEN para viagem de estudo na área de Pedagogia, em 1931

Os novos desafios passaram pela renovação das relações culturais com os novos países de expressão portuguesa, a aproximação às comunidades portuguesas no estrangeiro e, em breve, por uma política de acerto de missões face ao quadro de integração na CEE.

Em 1992 o ICALP foi transformado em Instituto Camões, ainda sob tutela do Ministério da Educação, já então em crescente articulação com os gabinetes de relações internacionais e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os objectivos do IC, o

apoio aos centros de língua portuguesa no estrangeiro, o ensino do português no estrangeiro e a promoção do português como língua de comunicação internacional, davam corpo a uma política cultural coordenada e inscreviam-se já, claramente, num contexto de relações, que acabaram por levar à sua transferência para a tutela do MNE, em 1994.



Lindley Cintra

Luís Filipe Lindley Cintra. Bolseiro do IAC no país, na área da linguística, em 1969



Orlando Ribeiro

Orlando Ribeiro. Recebeu apoios e bolsas da JEN e IAC na área de Geografia, a partir dos anos 30.



**Manuel Coelho Mendes
da Rocha**

Manuel Coelho Mendes da Rocha. Bolseiro do IAC no País, na área de Engenharia Civil, em 1940

Actualmente, a missão que se impõe ao IC, sempre e necessariamente associada a uma forte responsabilidade na divulgação do nosso património cultural e linguístico a nível mundial, é pensada nos domínios da valorização económica do Português, da sua importância no quadro das relações internacionais e no reforço do papel da língua num espaço de crescente competitividade internacional.

É assim que, tendo em consideração este passado histórico, em boa parte desconhecido, o Instituto Camões entendeu promover a realização do projecto de investigação, acima referido, tendo em vista a prossecução de iniciativas dirigidas ao desenvolvimento de investigação histórica, análise do património, realização de actividades científicas e culturais, elaboração de estudos históricos e acções de divulgação junto da comunidade científica e do público

em geral sobre a história do Instituto e dos organismos que o antecederam, tendo em conta a necessidade de o fazer contextualizando-a e interpretando-a à luz da história contemporânea portuguesa e a imprescindibilidade de assegurar as condições indispensáveis à divulgação dos resultados da investigação desenvolvida, desde logo através do desenvolvimento de plataformas digitais, estando já em fase experimental o domínio http://www.wonderingdog.com/Inst_camoes.html.



IC na actualidade

O Instituto Camões na actualidade

INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA ([HTTP://WWW.IHC.FCSH.UNL.PT/](http://www.ihc.fcsb.unl.pt/))

MARIA FERNANDA ROLLO (COORD.), INÊS QUEIROZ, TIAGO BRANDÃO, ÂNGELA SALGUEIRO. JOSÉ PEREIRA

(1) AIC. 1002/7. Direcção do Instituto de Alta Cultura. Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura. Informação do Secretário do IAC (Medeiros Gouveia), em 27 de Dezembro de 1962.